



A Casa dos Índios: a história de vida de um artefato

Antonio Carlos Soares

Resumo: O artigo trata de uma casa tradicional *Mbyá* Guarani, denominada popularmente como casa dos índios, que esteve instalada durante mais de dez anos no pátio do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – Marsul. Ao narrar a história de vida desta casa, surgem questionamentos acerca da sua natureza. Buscando descrever as relações sociais que envolvem a construção da casa dos índios, a partir da documentação arquivada no Marsul, se recorre aos pressupostos da antropologia perspectivista e da antropologia dos objetos para situar a sua construção e musealização como artefato em um circuito de mercadorias baseado na reciprocidade. Tenta-se conceituar a Casa dos Índios a partir da perspectiva *Mbyá*, por meio de etnografias específicas, comparando simetricamente os conhecimentos indígenas aos conhecimentos modernos ocidentais.

Palavras-chave: Marsul; Cultura material; Perspectivismo *Mbyá*; Protagonismo indígena.

The indigenous house: the life story an artifact

Abstract: This article deals with an traditional *Mbyá* Guarani house, popularly known as the Indian house, which was installed for more than ten years in the courtyard of the Archaeological Museum of Rio Grande do Sul - Marsul. In narrating the life story of this house, questions arise about its nature. In order to describe the social relations that involve the construction of the house of the Indians, from the documentation filed in the Marsul, it is used the studies of perspectivist anthropology and anthropology of the objects to place its construction and musealization as an artifact in a circuit of goods based on reciprocity. It attempts to conceptualize the House of the Indians from the *Mbyá* perspective, through specific ethnographies, comparing symmetrically indigenous knowledge with modern Western knowledge.

Keywords: Marsul; Material culture; *Mbyá* perspectivism; Indigenous protagonism.

Introdução

Ao se deparar com alguma coisa fora de contexto, geralmente, rápida e quase involuntariamente, uma pergunta é feita: — Mas o que isto está fazendo aqui? Esta foi minha reação ao encontrar uma casa indígena, feita com paredes em xaxins e com cobertura em taquara, no pátio do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, o Marsul, durante uma visita realizada no ano de 2006, na época como graduando em História. — A “casa dos índios”? —, como me respondeu antes de uma sintética descrição — a qual, infelizmente, não recordo das palavras exatas — feita pelo então diretor técnico da instituição, o arqueólogo André Luiz Jacobus.

Passados mais de dez anos daquela visita, a Casa dos Índios já não existe. Em seu lugar restam apenas

as marcas no solo de suas fundações, e de acordo com a narrativa extraoficial e das evidências materiais, com os despojos resultantes da demolição foi erigido uma espécie de galinheiro, seguindo a temática colonial adotada pela equipe do Museu Histórico Municipal que ocupa parte da área do Marsul. Ainda que não haja mais a presença da Casa dos Índios, a pergunta persistiu: Como e por que uma casa indígena foi instalada no pátio de um museu arqueológico? A resposta, que inicialmente parecia propor o resultado da pesquisa, se demonstrou o seu ponto de partida. Outras perguntas resultaram das descobertas e da narrativa histórica decorrente. Isto faz deste artigo o resultado de questionamentos históricos e etnológicos, para os quais pretendemos buscar respostas aos primeiros e sugerir possibilidades aos segundos.

O questionamento inicial, a partir do qual procuramos respostas na segunda parte desse trabalho, é essencialmente histórico, tendo em vista a necessidade da construção de um *corpus* documental. Por certo, a busca aos arquivos do Marsul, instituição onde foi instalada a Casa dos Índios, seria o ponto de partida deste levantamento, inicialmente documental. Desta investigação resultou a identificação das pessoas que participaram do processo que resultou na instalação da Casa dos Índios, gerando a possibilidade de entrevistas. Em última instância, a pesquisa histórica desencadeou uma série de perguntas, que nos levou ao enfoque etnológico.

A segunda pergunta (o que foi a Casa dos Índios?) tem como respostas as possibilidades levantadas com base na antropologia perspectivista e nos estudos da antropologia das coisas. Perguntar “o que é” ao invés de “o que representa”, constitui levar a sério a alteridade ontológica. Usamos “ontologia” aqui, da mesma forma como usam Benjamin Alberti e Yvonne Marshall (2009), ou seja, como a possibilidade de dar crédito a outros mundos, não apenas relativizando, mas forçando a produção de novos conceitos para a materialidade. Esse pressuposto, parte do que Eduardo Viveiros de Castro (2004) chamou de perspectivismo — a recorrência no mundo ameríndio amazônico de uma cosmologia que supõe uma unidade espiritual e uma diversidade corpórea, não sendo como o relativismo subjetivo cultural que conhecemos, mas um relativismo objetivo e natural, um multinaturalismo. Por este aspecto, consideramos uma abordagem “animista” para a cultura material, por meio do que Alberti & Marshall (2009) denominaram de “metodologia conceitualmente aberta”, que propõe o desenvolvimento teórico *in loco*, não generalizante, que em última instância, desenvolve novos conceitos, levando a sério o que diz a alteridade ontológica. Partindo dessa possibilidade teórica e metodológica, supomos que a resposta para a pergunta seria diferente para os dois mundos envolvidos na instalação da casa dos índios. O mundo moderno ocidental que a consumiu como artefato, os *juruá*, que neste caso é representado por uma institucionalidade — o Marsul —, e o mundo ameríndio que de fato a construiu, os *Mbyá* Guarani do *Tekoá Nhüü Porã*. Resolvemos então, por meio de etnografias relacionadas ao nosso objeto de estudo, considerar os conhecimentos *Mbyá*, a partir do que dizem sobre suas casas que são instaladas no *Tekoá Nhüü Porã*, e sobre a troca e comercialização de coisas, considerando como válido o questionamento e os seus consequentes desdobramentos para análises e pesquisas etnológicas, levantado por Viveiros de Castro: “o que acontece quando se leva o pensamento nativo a sério?” (2002, p. 129). A partir desses conhecimentos *Mbyá*, poderemos perceber a casa dos índios não apenas como a representação de um modo de vida – uma visão representacionista de cultura material – mas como a materialização de protagonismos, vinculando a agência indígena em um espaço museal e, por outro lado, evidenciando a agência *juruá* no mundo *Mbyá*.

As conclusões, como não poderiam deixar de ser, foram cercadas de novos questionamentos, deixando em aberto à discussão, não somente a respeito da Casa dos Índios, mas acerca das teorias e das práticas nas Ciências Humanas no que tange à interpretação do que chamamos de cultura material.

Figura 1: Imagem da Casa dos índios (Casa temática Mbyá Guarani)



Fonte: Acervo Marsul

As fontes no arquivo: o Projeto Vida de Índio

Atualmente, o Marsul está interdito para visitação pública devido à falta de condições estruturais de seu prédio principal. Conta com um único servidor efetivo — o autor —, e uma equipe multidisciplinar conveniada responsável pela curadoria dos acervos. Devido às reformas estruturais no prédio, os acervos documentais e arquivos funcionais foram realocados, causando certa desorganização que atrapalha, em parte, qualquer pesquisa mais específica.

Foi encontrada uma série de ofícios emitidos entre o dia 28 de fevereiro e 23 de abril do ano de 2002, que trataram sobre a organização de um evento intitulado “Vida de Índio – Caminhos trilhados para a conquista de qualidade de vida e auto-sustentabilidade”, fazendo menção a construção de uma “Casa Temática *Mbyá* Guarani”. Outro grupo de documentos foi selecionado por conter informações sobre o assunto. Este é formado por quatro planilhas orçamentárias datadas de 21 de dezembro de 2001, que tratam da previsão de valores a serem gastos no ano de 2002, nome do projeto, um resumo descrevendo as ações e o período de realização. Também identificamos fotografias feitas durante o evento e durante a construção da Casa dos Índios, além de materiais de divulgação como um folder e a programação. Foi no âmbito deste evento, chamado resumidamente na maioria da documentação de “Projeto Vida de Índio”, que foi construída a “casa temática”. Uma das planilhas de planejamento traz: “construção de uma casa temática típica *Mbyá* Guarani, esta casa servirá para visitação, cursos, oficinas e ponto de venda de artesanato”.

Preliminarmente, obtendo a data e a ocasião em que a Casa dos Índios foi construída, percebemos se tratar de uma ação social que visava à aproximação da instituição museológica com comunidades indígenas da região. Vemo-nos diante não apenas da presença indígena na área do Marsul, mas de um possível protagonismo indígena nas ações museológicas associado à tentativa de auxílio econômico aos *Mbyá* Guarani. Um protagonismo *outro*, como dizem Santos e Felipe (2017), a partir do qual se interpretam as ações indígenas não apenas como reações às ações outras – colonial – considerando elementos na documentação, em geral, desprezados em estudos anteriores, construindo uma visão mais simétrica sobre a interação no contexto colonial, conferindo aos indígenas a condição de sujeitos/agentes de sua própria história.

Buscamos, para melhor compreender o Projeto Vida de Índio, a partir dessas fontes, executar a “operação substancial dialética”, como diz Jörn Rüsen (2007). Trata-se de um método que sintetiza: (1) a “operação substancial hermenêutica”, a qual busca identificar nas fontes, as intenções de agir e interpreta os processos históricos como sequências de ações intencionais; (2) a “operação substancial analítica”, visando perguntar às fontes pelas circunstâncias e condições que determinam o agir, interpretando o processo histórico em suas ocorrências objetivas (RÜSEN, 2007, p.133-167). Desta forma, nossa pesquisa histórica considera tanto a intencionalidade manifestada nas fontes quanto o contexto a qual elas, as fontes, as pessoas e as *coisas*, estão submetidas.

As fontes

As quatro planilhas encontradas que tratam do planejamento das ações do Projeto Vida de Índio, são interessantes para se ter uma ideia das intenções da equipe da Instituição sobre o evento ainda em dezembro de 2001. Não há assinaturas, portanto não se sabe ao certo quem as produziu. A partir deste conjunto de quatro planilhas, foi possível perceber que o Projeto Vida de Índio, inicialmente, estava dividido em duas etapas. A primeira seria a montagem e divulgação da exposição “Vida de Índio” e de palestras, construção da casa temática e sua inauguração no dia 19 de abril de 2002. E a segunda parte seria composta por uma pesquisa de “resgate cultural das habitações tradicionais, levantamento fotográfico, estudo etnobotânico dos materiais utilizados e resgate de memória das habitações antigas e estudo das atuais”, que ocorreria durante todo o segundo semestre de 2002.

Os ofícios tratam, em sua maioria, de solicitações destinadas ao diretor administrativo da SEDAC, para providências administrativas desde o pagamento da liderança indígena para construção da casa temática, até a confecção de folders, confecção de molduras para exposição, pagamento de cachê de fotógrafo, artista e ministrantes de palestras, pagamento de alimentação das famílias indígenas que ficaram alojadas em um dos prédios do museu. Também há ofícios convidando o governador do Estado, e outras autoridades da região para o evento. Foi através desta série de ofícios que percebi que a Casa dos Índios teria sido batizada com o nome de “Casa Temática *Mbyá* Guarani” e que nasceu, inicialmente com a finalidade expositiva, destinada ao comércio de artesanato *Mbyá* e como uma atração da programação da semana do Dia do Índio de 2002 do Marsul. Entre os ofícios, havia um que tratava da solicitação da revelação de um filme fotográfico colorido de 36 poses, relacionado ao Projeto Vida de Índio, sugerindo que havia fotografias e que poderiam estar arquivadas no acervo fotográfico.

A partir das indicações da possível existência de fotografias do Projeto Vida de Índio, recorreremos

ao acervo fotográfico do Marsul. Este não apresenta uma organização clara, sendo que uma grande parte das fotografias não apresenta indicações de data, local e participantes e estão classificadas como “sem identificação”. Eis que surgem dois álbuns de fotografias, um projeto, um folder e a programação do evento, em um envelope. As fotografias demonstram um evento marcado pela forte presença indígena, com muitos visitantes da comunidade regional. Entre as que registram a inauguração, as palestras e as atividades no entorno da casa temática, também se encontram os registros de algumas etapas da construção da casa *Mbyá* Guarani, datadas do dia 14 de abril de 2002, feita com estrutura em eucaliptos paredes em xaxim, cobertura em taquara e com amarrações feitas com cipó. No folder do evento, na parte que trata sobre a casa temática, também há uma imagem de uma casa *Mbyá* Guarani, muito semelhante a nossa Casa dos Índios, na qual há a seguinte inscrição:

Na sede do Marsul-Taquara existe uma casa típica *Mbyá* Guarani, construída pelo grupo indígena do “Campo Molhado” (Maquiné) e material utilizado é proveniente da reserva deste local.

A casa *Mbyá* Guarani faz parte do acervo do Marsul, e é denominada ‘temática’, pois tem como objetivo demonstrar como é a moradia e o modo de vida deste grupo indígena, sendo também um espaço para visitação, realização de cursos, oficinas, encontros e um local para venda de artesanato produzido pelos *Mbyá* Guarani.

Um projeto em papel térmico de fax, transmitido de “Virgínia” na UNISINOS para “Alberto” no Marsul, em 1º de julho de 2002, portanto após os eventos do Dia do  ndio, e da construção da casa, sugere estar relacionado com a segunda etapa do Projeto Vida de  ndio. Fazendo parte deste conjunto documental, encontramos um convite impresso em papel tamanho A4, detalhando a programação dos três dias de evento, dias 19, 20 e 21 de abril daquele ano.

O Projeto Vida de  ndio: contexto relacional

Para analisar o Projeto Vida de  ndio, utilizo o corpus documental produzido pelo Marsul naquele período, e os relatos da sua ex-diretora e coordenadora do Projeto, a professora Zilá Regina Kolling, em entrevista concedida para este trabalho no dia 30 de junho de 2018.

O Projeto Vida de  ndio foi idealizado ainda no ano 2000, e teve tanto a intencionalidade científica quanto a de promoção social (KOLLING, 2018). Chama a atenção no documento em papel térmico — o fax —, em primeiro lugar, a área de estudo “Grupos indígenas *Mbyá* Guarani de Barra do Ouro, Maquiné e Riozinho”, sendo a primeira referência que encontramos da totalidade dos grupos indígenas participantes do projeto, colocados como executores, ao lado do corpo técnico. O projeto teve como ponto central o estudo e a promoção do artesanato *Mbyá* Guarani e promover uma “melhoria na qualidade de vida” daquelas comunidades indígenas, oportunizando a venda desse artesanato. No documento fax, o período de execução do projeto está delimitado entre setembro de 2000 e dezembro de 2001. Nesse período, contextualmente marcado pelas “comemorações” dos quinhentos anos do descobrimento, houve uma ampliação das discussões a respeito da questão indígena, tanto na academia quanto na sociedade. Além de também coincidir com um período em que o Governo do Estado, ao qual o Marsul   vinculado, assume uma postura mais progressista marcada pelo governo de Ol vio Dutra, entre 1999 e 2002 (KOLLING, 2018).

A ideia nasceu a partir do contato estabelecido entre o Marsul e as comunidades indígenas por

meio das campanhas de distribuição de alimentos e da parceria estabelecida com a bióloga Virginia Koch, que já desenvolvia atividades junto às reservas indígenas abrangidas no Projeto (KOLLING, 2018). Na justificativa do documento fax, encontramos a preocupação com a subsistência e com o estudo sobre os materiais utilizados na produção do artesanato dos *Mbyá* Guarani.

Os *Mbyá* Guarani são conhecidos pelas suas atividades ligadas ao artesanato, sendo que a matéria-prima dos mesmos sempre foi extraída da natureza. Atualmente alguns materiais sintéticos já estão sendo utilizados, tornando-se necessário fazer um estudo e resgate dos materiais naturais existentes na região, onde os grupos indígenas estão instalados.

A venda do artesanato indígena é muitas vezes dificultada pela distância das “Reservas Indígenas” com o centro de consumo do mesmo.

O presente projeto pretende desenvolver com grupos *Mbyá* Guarani estudos sobre os artesanatos desenvolvidos pelos mesmos, resgatando técnicas e auxiliando na busca de materiais vegetais disponíveis, oportunizando troca de conhecimentos, promovendo também, a valorização e venda do produto, propiciando uma melhoria na qualidade de vida dos mesmos.

Entre setembro de 2000 e dezembro de 2001 foram realizadas uma série de fotografias nas aldeias indígenas que foram emolduradas para formar uma exposição, junto às peças de artesanato, na sala de exposições temporárias do Marsul, segundo relato da professora Zilá, que podem ser observada nas imagens e no ofício nº 019 de 20 de março que solicita liberação de recursos financeiros para ampliação e emolduramento das fotos que comporão a exposição.

A professora Zilá Kolling, diz que o evento de abril de 2002 foi a “culminância do projeto”. Foi um evento que durou três dias, que é bem descrito na programação, com destaque para o dia 19 de abril, numa sexta-feira, data comemorativa como dia do índio, no Brasil. Nesse dia foi o lançamento oficial da exposição “Vida de Índio” e da Casa Temática *Mbyá* Guarani, com a presença de autoridades estaduais e municipais. Logo após o lançamento, um seminário intitulado “caminhos trilhados para a conquista de qualidade de vida e auto sustentabilidade”, com as falas de Felipe Oscar Brissuela, líder Guarani da comunidade indígena do Km 45 do Município de Riozinho, Luciane Ouriques Ferreira, Antropóloga, Virginia Koch, bióloga e agrônoma e Francisco Vitti, representante da FUNAI. No dia 20 de abril, ocorreu a apresentação do Projeto “Vida de Índio”, com as falas da bióloga Virginia Koch, do fotógrafo Paulo Fernandes, do líder Guarani do Km 45 Riozinho, Felipe Brissuela e do líder guarani do Campo Molhado Riozinho/Maquiné, Avelino Gimenez.

Fica nítido, tanto na documentação quanto na fala da entrevistada que o objetivo do projeto foi a promoção da “melhoria da qualidade de vida” das comunidades indígenas, estabelecendo uma relação de troca. A construção da casa se insere neste contexto; foi encomendada, paga e instalada para ser exposta como “casa temática” que retrata um modo de fazer e de viver. Por outro lado, reconhecendo o Projeto como um contexto relacional entre os mundos *Mbyá* e *juruaá*, percebe-se uma intenção dadivosa nas trocas que ocorrem. Em troca da sustentabilidade econômica, muito diferente da acumulação capitalista, os *Mbyá* aceitaram ser fotografados, retratados e expostos no mundo *juruaá*, também considerado inimigo, ao passo que em troca de bens culturais, incluindo a casa, a equipe do Marsul usou seus recursos econômicos para promover vantagens mútuas. Assim, a Casa dos Índios, após a sua instalação, pode ser descrita como um artefato comprado de forma dadivosa e se apresenta nesse contexto, como uma espécie de dimensão concreta das relações sociais, como coloca Tania Andrade Lima (2011) quando diz que a cultura material desempenha um papel ativo nas relações socioculturais.

[A cultura material] é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. (LIMA, 2011, p. 21)

Considerando desta forma, como objeto relacional, levanta um questionamento simples, porém desconcertante. A definição produzida até aqui, que assumimos ser uma definição *jurua* para a casa dos índios, teria validade para os *Mbyá*? O que foi, na perspectiva *Mbyá*, a Casa dos Índios?

A Casa dos Índios: um objeto relacional

A primeira referência durante a pesquisa de que a casa dos índios serviria como habitação partiu do depoimento da professora Zilá. Disse que, em um segundo momento, a casa serviria para abrigar os índios que estivessem em deslocamento entre aldeias (KOLLING, 2018). O material fotográfico produzido durante os dias de abril de 2002, desde o registro da construção da casa, até os três dias do evento principal do projeto, dias 19, 20 e 21 de abril daquele ano, é possível perceber o papel de centralidade exercido pela casa dos índios. Houve a preocupação de registrar as etapas de construção (Figura 2).

Figura 2: Imagem registrando a construção da casa em 2002.



Fonte: Alberto Tavares (Acervo Marsul)

Da mesma forma que houve a preocupação de registrar os usos da Casa dos Índios tanto como pano de fundo das palestras ministradas pelos líderes indígenas, como elemento central nas atividades noturnas quando se cantou e dançou ao seu redor como demonstra a imagem.

Figura 3: Imagem dos participantes do evento cantando e dançando no entorno da casa dos índios.



Fonte: Acervo Marsul.

No entanto, de acordo com os registros na documentação e com o depoimento, a Casa dos Índios, não foi utilizada como habitação, nem mesmo durante a estadia dos índios no Marsul, ao longo do mês de abril de 2002, quando foi construída a casa pelos índios da comunidade *Mbyá* Guarani do Campo Molhado, (*Tekoá Nhüu Porã*), segundo a professora Zilá, todos eles ficaram alojados no prédio do museu (KOLLING, 2018).

Esse fato nos leva a refletir sobre a condição de casa, deste objeto que ora denominamos “casa” dos índios. A casa enquanto produto *Mbyá*, certamente é carregada de simbolismos, tanto para a comunidade *juruá* visitante do Marsul, quanto para a que a produziu — os *Mbyá*. Faz parte da estrutura social e do sistema cultural *juruá* atribuir valores simbólicos aos objetos, como também diz Pierre Bourdieu que “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (2007, p. 09).

Desta extensão simbólica, não escapam os objetos mercantis produzidos pelo capitalismo como descreve Marshall Sahlins (2007) referenciando Karl Marx. No capitalismo, quando da produção mercadológica, é carregado o valor simbólico pelo valor do uso. “Sem o consumo, o objeto não se completa como produto: uma casa que permaneça desocupada não é uma casa”. (SAHLINS, 2007, p. 182). O autor ainda afirma, sobre o simbolismo dos valores do uso sobre os objetos produzidos e reproduzidos pelo homem:

O valor de uso não pode ser especificamente entendido no nível natural das “necessidades” e “carências” - exatamente por que os homens não fazem apenas produzir “moradias” ou “abrigos”: eles produzem habitações de tipos definidos, como a cabana do camponês ou o castelo do nobre. Esta determinação dos valores de uso, de um determinado tipo de casa como um determinado tipo de lar, representa um processo contínuo de vida social, no qual os homens definem reciprocamente os objetos em termos deles mesmos e definem a si mesmos em termos de objetos (SAHLINS, 2007, p. 182-183).

Pelo enfoque do consumo, podemos falar sobre a comunidade que consumiu a casa dos índios. Pois a casa foi encomendada, como demonstram as planilhas de planejamento e o ofício que solicita pagamento ao líder Guarani, Avelino Gimenez, pela construção da casa. A construção foi uma iniciativa planejada do Marsul, através do Projeto Vida de Índio. Entretanto, como afirma Arjun Appadurai (2008), a casa dos índios não pode ser descrita como uma mercadoria, como tipologia de coisa, mas devemos encarar que

passou pela fase mercadológica na sua vida (APPADURAI, 2008, p. 32). A Casa dos Índios, neste aspecto, e nesta etapa da sua vida, foi uma mercadoria encomendada, feita, a princípio, para o uso do Marsul, não para o uso indígena. Ainda que as intenções declaradas na documentação, no projeto, nas planilhas e nos ofícios, assim como na entrevista, que demonstram as finalidades temáticas pretendidas para a casa — espaço expositivo, espaço para oficinas e venda de artesanato —, estas têm relação com a preocupação do Marsul para com a comunidade *Mbyá* Guarani. Dessa forma, a Casa dos Índios configura-se numa materialização das intenções da equipe do museu, que ao final, também, soma-se o desejo de expor um “bem cultural” aos seus visitantes.

Para além do evidente valor simbólico da casa dos índios como objeto, Daniel Miller (2013), analisando a relação entre a modernidade ocidental e as coisas, apresenta, que este “treco” (como se refere aos objetos), assim como todos outros trecos objetificados, faz parte do processo de construção social mútua, quando os objetos são como extensões das pessoas e, também, fazem as pessoas pelo consumo (MILLER, 2013). Sendo assim, para os *juruá*, a Casa dos Índios no pátio do Marsul, seria um objeto relacional, no sentido que seria uma extensão do mundo *Mbyá*, exposto em um ambiente museal. Sua instalação como casa temática, planejada pelo Marsul, teve a intenção de estabelecer uma interação entre os mundos, no sentido ontológico, trazido por Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2004). Esta interação, gera uma inevitável comparação entre os conceitos *Mbyá* e *juruá*, colocando-os em posições simétricas, considerando os conhecimentos *Mbyá* como válidos e científicos.

Dessa forma, nosso método para tentar perceber a casa dos índios a partir da alteridade ontológica, será o da “Equivocação Controlada”, que consiste em projetar uma imagem conceitual translativa como um equívoco controlado (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 03). Não obstante, a casa dos índios conceituada da perspectiva *juruá*, definida aqui sob o enfoque histórico-antropológico, pode ser comparada com a casa dos índios definida a partir da ontologia *outra*, os *Mbyá*.

De *Mbyá* para *juruá*

A casa dos índios é construída com materiais abundantes na região da aldeia da comunidade que a construiu como aponta o folder. Da mesma forma ressalta Leticia Thrumman Prudente (2007), quando estudou em sua dissertação de mestrado, o modelo construtivo das casas tradicionais *Mbyá* Guarani, as *oó*, feitas em xaxim no *Tekoá Nhüu Porã* (Campo Molhado), localizada entre os municípios de Maquiné, Riozinho e Caraá, mesma comunidade que produziu a casa dos índios do Marsul, apontando a originalidade do padrão construtivo.

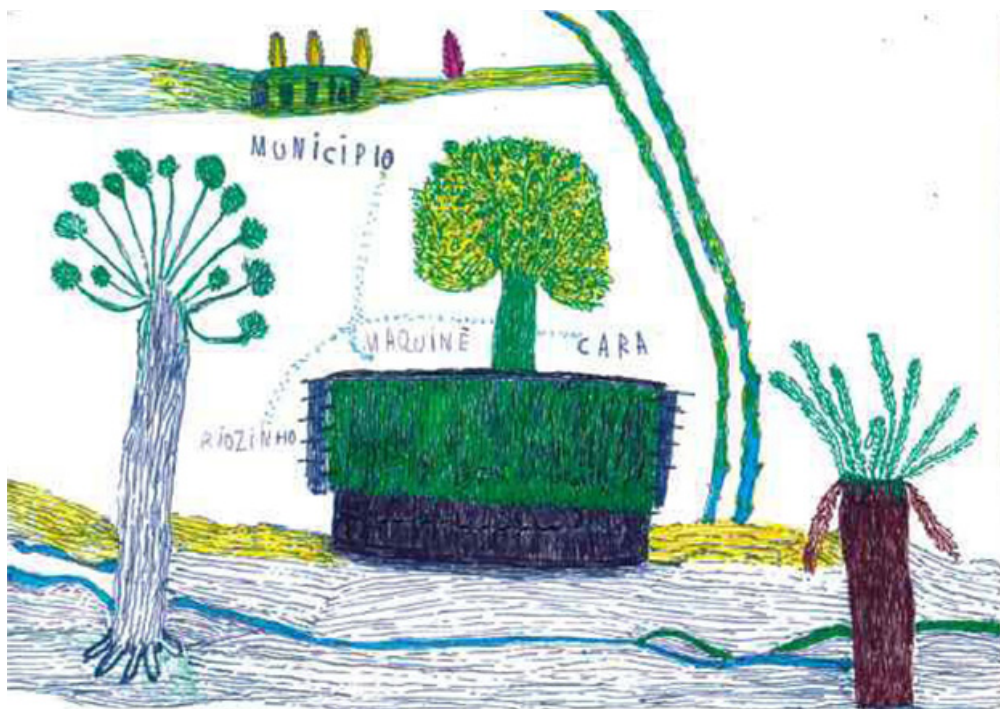
A casa de xaxim encontrada no *Tekoá Nhüu Porã* é uma tipologia construtiva única dentre os *tekoá* do estado do Rio Grande do Sul. Os *Mbyá* utilizaram o xaxim – espécie de samambaia - como elemento de vedação lateral (paredes), diferentemente das demais casas que costumam construir, as quais têm normalmente as paredes de toras cobertas com barro” (PRUDENTE, 2007, p. 99).

Prudente (2007), afirma que este modelo construtivo, com o xaxim, foi introduzido a partir de 1995, relacionado à chegada na região de famílias *Mbyá* provenientes de Misiones, na Argentina. A construção de uma casa *Mbyá* está associada às representações simbólicas, que remetem a sua organização social e cultural, assim como é na sociedade moderna ocidental, porém, com conotações distintas. Uma casa

Mbyá é uma representação do Tekoá, e seus materiais têm representações sagradas, como relatou o cacique Morinico, sendo seus pilares centrais os homens, os pilares externos, as mulheres, as vigas de cobertura, as crianças e o centro não visível o *karaí* – liderança espiritual. Nesse mesmo centro não visível ao olho dos não indígenas é onde também se localiza a espécie arbórea considerada sagrada – o cedro —, segundo a cosmologia *Mbyá* (PRUDENTE, 2007, p. 69).

Muitos elementos são necessários para que um *espaço* seja considerado um *lugar* na ontologia *Mbyá*. Este assunto já seria suficiente para outro ensaio, portanto, não pretendemos aprofundá-lo aqui mais do que o possível para o entendimento da relação entre os *Mbyá* e a casa dos Índios.

Figura 4: Imagem de desenho da Tekoá Nhüu Porã



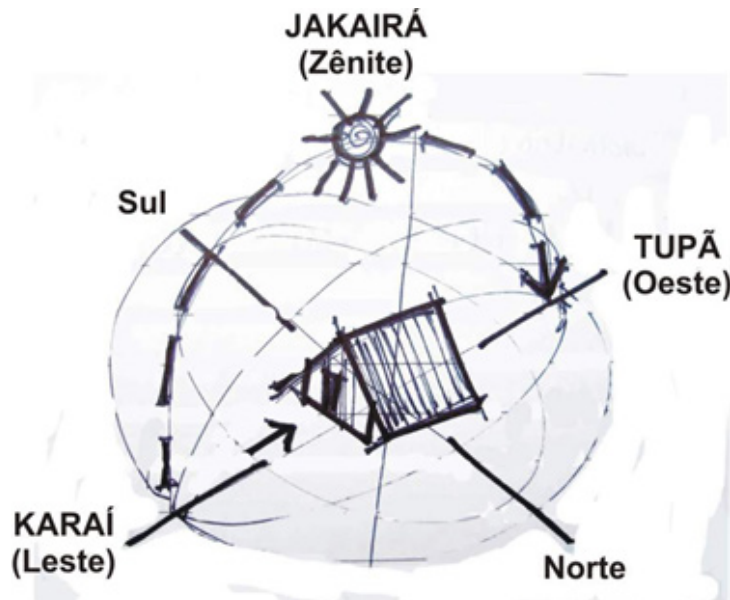
Fonte: Desenho realizado por José Verá Rodrigues (ASSECAN, 2007).

A casa *Mbyá*, a *oó*, é um elemento representativo do *ñande reko* e pode representar todo o *tekoá*, como na Figura 4. Neste desenho realizado pelo líder espiritual, *Karaí*, a casa é o *tekoá* ou o *tekoá* é uma grande casa. No desenho, também aparecem as espécies arbóreas mais significativas, com destaque ao cedro, que está ao centro enquanto à esquerda está a araucária e à direita o xaxim. O cedro é a última árvore feita por *Ñanderu* (principal divindade *Mbyá*), e representa *Ñamandu* (divindade associada ao sol) e está associado à criação e sustentação do mundo *Mbyá*, por isso é preferido para o uso nas estruturas das casas tradicionais. (PRUDENTE, 2007).

As casas tradicionais são elementos vivos, com um ciclo de vida associado ao seu consumo e que é justificado e ordenado na cosmologia *mbyá*. Ou como diz Prudente, “a tipologia [...] é caracterizada por aspectos de uma tipologia arquitetura específica, segundo os conhecimentos técnicos associados a valores simbólico-culturais” (2009, p. 199). O solo, do lugar a ser instalada a *oó*, deve ser propício para cultivos tradicionais, sobretudo para o milho sagrado, o *avaxi eté*. A orientação solar deve ser considerada na implantação, pois o sol, *Ñamandu*, que alimenta a casa, nasce na morada de *Karaí* (leste), passa pela morada de *Jakairá* (zênite) e se põe na morada de *Tupã* (oeste) (Figura 5). O processo de construção é

realizado em mutirão ritual, *potirõ*, que é organizado e custeado pela família que irá habitar a *oó* e centrado nas relações de parentesco e reciprocidade *Mbyá*. A divisão de trabalho acontece por gênero no *potirõ*. As mulheres são responsáveis pela alimentação, os homens trabalham na obra enquanto as crianças ajudam como forma de aprendizagem lúdica. A qualidade da construção está associada, também, à participação das divindades. A casa, quando pronta, recebe um ritual de iniciação, com festas e rezas, para que todas as espécies vegetais utilizadas, criem um único espírito (PRUDENTE, 2007, p. 138).

Figura 5: Orientação solar da *oó*



Fonte: Letícia Prudente (2007)

Ao analisarmos o processo de instalação da Casa dos Índios no Marsul, percebemos que estes aspectos não foram inteiramente observados pelos construtores. Obviamente, a escolha do lugar de instalação, fora do *tekoá*, no pátio de um museu não contempla a condição de espaço propício ao cultivo do *avaxi eté*. A Casa dos Índios está desterritorializada. Quanto à orientação solar, a casa do Marsul está praticamente voltada para o norte, contrariando a orientação leste – oeste que apresentam as casas nos *tekoá*. Foram feitas cantorias no entorno da casa dos índios, nos dias do evento em 2002, no entanto não foi acesa a fogueira interna, que juntamente ao sol, *Ñamandu*, alimenta uma *oó* no *tekoá*. A aparente não utilização do cedro em sua estrutura, a partir da observação das fotografias, também se soma à descaracterização. Tendo em vista todas estas ausências de elementos que fariam a casa dos índios uma *oó*, podemos dizer que este esvaziamento teria sido propositalmente calculado pelos *Mbyá*.

E neste ponto, para contextualizar esta operação mercantil, buscaremos uma etnografia focada na produção e circulação de objetos *Mbyá*, que dá conta que a reciprocidade constitui-se na estrutura das relações sociais *mbyá*, como ressalta Valéria Soares Assis (2006), em sua tese de doutorado, analisando as comunidades *Mbyá Guarani Tekoá Ka'agüy Pa'ü* e o *Tekoá Guapo'y*, comunidades vizinhas ao *Tekoá Nhüu Porã*, analisando o *mborayu*, o princípio da reciprocidade, que segundo a autora, muitas trocas de objetos feitas pelos *Mbyá* baseiam-se nesta premissa. Ainda que nas trocas mercantis, geralmente a relação social termina quando se conclui a troca, geralmente por dinheiro, a autora afirma que “são utilizadas pelos *Mbyá* simultaneamente à reciprocidade. Portanto, é interessante evidenciar os contextos etnográficos em que elas acontecem” (ASSIS,

2006, p. 23). A troca mercantil é, portanto, uma forma de se relacionar com a alteridade, não se limitando apenas ao âmbito econômico. Os objetos produzidos para a comercialização, o artesanato *Mbyá* usados como exemplo, são concebidos e produzidos para serem mercadorias, destinados à venda no mundo exterior, o mundo dos *juruá*, ainda que guardem significados culturais identitários (ASSIS, 2006, p. 312). A casa dos Índios do Marsul, poderíamos afirmar, por esta perspectiva, que embora carregue as características *Mbyá*, pode ter sido concebida e produzida pelos construtores como um objeto a ser vendido.

Contudo, para compreender como é ordenada esta relação comercial entre os *Mbyá*, descreveremos uma narrativa mítica feita pelo principal informante de Assis, Perumi, sobre a criação dos *ajaka*, cestos artesanais Guarani, que ocorreu conjuntamente com a criação do mundo pela segunda vez, por *Ñanderu Tenonde*, divindade principal, que buscava criar um mundo com condições de existência aos seus filhos, os *Mbyá*. Nesse mundo recém-criado, havia *Charĩa*, um ser solitário, atrapalhado, uma divindade antitética a *Ñanderu*, que é o modelo divino da organização social *Mbyá* baseada na reciprocidade, *mborayu*.

Quando *Ñanderu Tenonde* estava quase concluindo a recriação do mundo, decidiu produzir um *ajaka* trançando fasquias de taquara. Para produzir um desenho, valeu-se de algumas fasquias mais escuras. A partir do contraste entre as fasquias que compõem a trama do trançado, produziu dois tipos de desenhos, denominados para *pychyry*/desenho corrido (para = adornado, desenhado; *pychyry* = corrido, em seqüência) e *pira ryñykái ra' anga*/desenho representação do maxilar do peixe (*pira rynykái* = maxilar de peixe; *ra'anga* = imagem, representação).

[...] Observando o que *Ñanderu* havia feito, *Charĩa* resolve imitá-lo, mas como era de se esperar (pelas características dessa divindade), ele produz vários *ajaka* e com trançados que formavam desenhos mais elaborados e detalhados do que aqueles originalmente feitos por *Ñanderu*. Os *ajaka* de *Charĩa* apresentavam desenhos com motivos de *Mbói Chinĩ ra'anga*/representação da pele da cobra cascavel, *Mbói Jarara ra'anga*/da cobra jararaca e *Tanambi Pepo ra'anga*/da asa de borboleta, mariposa (ASSIS, 2006, p. 249).

A partir deste mito, podemos afirmar, assim como afirma a autora, que os *ajaka* herdados de *Ñanderu* são feitos para uso próprio, enquanto que os *ajaka* herdados de *Charĩa*, podem ser vendidos, estabelecendo uma dicotomia relacionada aos *ajaka*, e que ordena as relações entre as trocas (ASSIS, 2006, p. 250).

Figura 6: Sequência de oposições

Nós	Outros
Ñanderu	Charĩa
Ajaka com motivos conotativos	Ajaka com motivos denotativos
dicromia	policromia
Uso restrito	Uso amplo
Troca dadivosa	Troca mercantil

Fonte: Elaborada por Valéria S. Assis (2006).

De maneira análoga, podemos dizer que não apenas os *ajaka* fazem parte dessa dicotomia entre o *nós* e *eles*. Poderíamos situar a Casa dos Índios do Marsul como sendo uma produção para *juruá*, para *eles*. Portanto, esvaziada da sua ligação com *Ñanderu*, e por conseguinte, com o modo de ser, o *ñande reko*, como demonstramos acima. Nesse sentido, a Casa dos Índios, seria como um grande *ajaka*, sem associação com *Charĩa*, tampouco com *Ñanderu*, feita desde o início para a troca comercial, uma grande peça de artesanato.

Notemos que ainda que a casa tenha sido feita desde o início para comercialização, sem alguns elementos que para os *Mbyá* só fariam sentido se esta estivesse no *tekoá*, para moradia, ela carrega elementos estruturantes da sociedade *Mbyá*, assim como os *ajaka*, e a troca comercial, também, se insere no princípio

de reciprocidade, *mborayu*. Entregando uma casa que foi construída por um mutirão — *potirõ* —, como se fosse uma casa de moradia *Mbyá*, sendo possível até acender fogueira no seu interior como garantiu o líder *Mbyá* Avelino Gimenez à professora Zilá Kolling, fica implícita uma relação dadivosa, quando ‘entregou’ a casa pronta ao Marsul, representado pela diretora (KOLLING, 2018).

Artefato/instalação?

Nesse momento, no ato da troca, a casa passa pela sua fase mercadoria. Sendo incorporada ao pátio do Marsul, a casa, como diz Daniel Miller (2013), é dotada de uma agência na medida que impõe, em certos casos, restrições aos seus donos e ocupantes em decorrência da sua história de vida. Usando esta perspectiva, buscamos o conceito de agência, (*agency*) cunhado por Alfred Gell (2018), que aponta os artefatos serem participantes das relações e agem sobre a realidade social, associado à teoria do Ator-Rede (*Actor-Network theory*) de Bruno Latour (2012), que propõe a noção de simetria entre atores humanos e não-humanos na construção do social.

Poderíamos demonstrar a agência da Casa dos Índios em dois momentos. O primeiro, durante o evento da Semana do Índio de 2002, quando ocupou a centralidade, ao lado dos *Mbyá*, seus construtores, assumindo um papel de intermediário entre os mundos *Mbyá* e *juruá*, da mesma forma como aponta Assis (2007, p. 313), com relação ao artesanato produzido pelos *Mbyá*, que são destinados para venda desde a concepção, mas que, mesmo assim, carregam traços identitários. Naqueles dias, como aponta a Figura 3, a casa concentrou as confraternizações no seu entorno.

Num segundo momento, quando foi musealizada, a casa dos índios, passou a impor determinadas vedações aos seus donos — neste caso o Marsul como museu —, onde ao assumir a condição de artefato, passa a ter um valor de “acervo”, como descrito no folder. Muitos objetos passam, em sua vida social, da condição de mercadorias, que são vendidas livremente, ou de presentes (dádivas) que até podem ser vendidos, mas a princípio assumem valor simbólico distinto da mercadoria, tendo sua circulação restringida, para se tornarem “patrimônio cultural musealizado”, ou seja, objetos que são retirados de circulação mercantil, tornando-se “bens inalienáveis”. Como coloca José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), ao serem categorizados como “patrimônio cultural”, os objetos materializam uma teia de categorias de pensamentos, pelos quais nos identificamos como indivíduos e sociedade (GONÇALVES, 2007, p. 29). Esta etapa da vida da Casa dos Índios, no Marsul, que podemos denominar aqui de etapa artefactual, foi a de maior período de tempo, e a que nos gera um questionamento quanto a sua salvaguarda. Quais os procedimentos que um museu poderia adotar para a preservação de uma peça museográfica que foi feita para se reintegrar na natureza, como ocorre no *tekoa*?

Como artefato adquirido pelo Marsul, a casa dos índios feita com estruturas em eucalipto, paredes em xaxim e cobertura em palhas e taquaras, toda amarrada com cipós, situada em espaço aberto, assumiu desde o início da sua existência a condição de finitude. Não poderia ser diferente, pois a durabilidade da casa *Mbyá*, do *Tekoá Nhiuu Porã*, como retrata Prudente (2007), está associada ao tempo de permanência da família no local, considerando a constante mobilidade *Mbyá* dentro e fora do *tekoá*, e as respectivas manutenções necessárias aos materiais de vedação que ficam expostos, como a taquara e o xaxim.

Assim, algumas casas ficam sem uso por um determinado tempo e depois são reutilizadas pela família que a construiu, por outra família que venha a viver no tekoá ou simplesmente a casa volta a se integrar no ambiente natural, já que é toda construída com as espécies vegetais existentes no local, não havendo produção de resíduos (PRUDENTE, 2007, p. 113).

“*Uma casa que permaneça desocupada não é uma casa*”, como disse Sahlins (2007, p. 182). A Casa dos Índios do Marsul teve sua etapa de consumo como mercadoria e foi musealizada, retirada de circulação mercadológica, para adquirir o status de bem cultural e parte do acervo. O fato de estar em um espaço caracterizado pela imobilidade que é um espaço museológico, a casa se comportou como quando é abandonada no *Tekoá Nhüu Porã*, seu ambiente característico e específico, considerando a exclusividade do padrão de construção.

Em outras palavras, somente poderia sofrer manutenção por algum morador *Mbyá*. Na falta deste, a casa entrou no referido processo de reintegração com a natureza e desintegrou-se. Assim como acontece com uma instalação efêmera, quando se observa a deterioração da obra em exposição ao longo do tempo. E, neste caso, um possível processo de conservação, deveria levar em conta a necessidade das constantes intervenções *Mbyá* (os artistas), para que houvesse maior longevidade da Casa dos Índios como artefato.

No entanto, ao se desfazer com o tempo, em vez de se reintegrar à natureza como acontece no *tekoá*, os seus despojos (elementos construtivos que resistiram mais de dez anos), os xaxins das paredes e os esteios em eucalipto, foram reintegrados ao espaço em forma de outra estrutura, uma espécie de galinheiro, associada à perspectiva colonial do Museu Histórico Municipal que atualmente ocupa um dos prédios do Marsul e que deteve a gestão do Museu estadual até o ano 2013.

Considerações Finais

O Projeto Vida de Índio, implementado entre os anos de 2000 e 2002, deixou como marca uma casa temática *Mbyá* Guarani instalada em frente ao prédio administrativo do Marsul. A presença desta estrutura, denominada pelas pessoas que circularam pela instituição como Casa dos Índios, instigou a pesquisar suas origens e motivações da sua construção. Ao encontrarmos a documentação, a princípio, não percebemos a mudança de rumo na pesquisa sobre a sua história de vida.

Verificamos que as relações de troca estabelecidas durante o Projeto Vida de Índio tinha o objetivo, pelo lado *juruá*, de melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas envolvidas e a produção de conhecimentos resultantes do contato com o *outro*. Uma ação que além de envolver o protagonismo indígena *outro*, visto que as vozes desses grupos foram ouvidas, através das falas seus líderes e do canto de suas crianças. Houve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade ao trocar a construção da casa, os artesanatos e as palestras por dinheiro. Essa relação mercantil é percebida de maneira muito distinta no mundo *Mbyá*.

Sob a perspectiva *juruá*, a casa foi um artefato comprado, uma peça temática, que remetia ao modo de vida *Mbyá*, evidenciando a presença e a importância dos grupos indígenas para a construção identitária. Sob a perspectiva *Mbyá*, a Casa dos Índios, aparentemente não foi reconhecida como uma *oó*, uma casa *Mbyá*. Foi concebida e construída sem os elementos necessários para a reprodução do modo de ser *Mbyá*. Sua construção, para uso *juruá*, se insere no contexto do princípio de reciprocidade — *mborayu* —, ainda

que trocada por dinheiro, a troca pode ser considerada dadivosa.

Esta relação com a alteridade ontológica deixou uma marca, o que chamamos de cultura material, instalada no pátio do museu. Talvez, com uma centralidade maior que o artesanato, a Casa dos Índios tenha desempenhado um papel significativo na interação entre o mundo *Mbyá* e o mundo *juruá*. Detendo este papel, podemos classificar a casa como um artefato relacional. As perspectivas, *mbyá* e *juruá*, encontraram-se subsumidas no mesmo objeto, configurando-a como a “dimensão concreta das relações sociais” e inter-ontológicas.

Tratamos de uma possibilidade, de um “equivoco controlado”, de que a casa dos índios tenha sido para os *Mbyá* do *Tekoá Nhiu Porã*, uma grande peça de artesanato, desassociada de *Nãnderu* e, por conseguinte, do modo de ser *Mbyá*, o *ñande rekó*. Certamente, haveria uma redução na equivocação por conta de uma pesquisa em campo, ouvindo os seus construtores. Talvez as afirmações contidas aqui se demonstrem um equivoco. O que ficou claro é que a história de vida da casa dos índios, uma mercadoria num primeiro momento, depois bem cultural musealizado até a sua inexorável deterioração, nos mostra que assim como as *oó* no *tekoá*, a casa adquiriu a condição de um ente vivo. Dotada de *agência* tanto como atração nos dias do evento de 2002, quanto como artefato musealizado.

A sua destruição¹ (Figura 7) não tira a importância da integração ocorrida durante os dias de abril daquele ano, quando cada mundo, se manifestou da forma como percebe o *outro*. Os *Mbyá* produzindo seus produtos para venda, que embora construídos para este fim, carregam sua estrutura social e cosmológica, estabelecendo e reafirmando a sua cultura através das relações de reciprocidade, assim como os *juruá* comprando o artesanato, como forma de contribuir para a sustentabilidade e “melhoria da qualidade de vida” *outra*.

Figura 7: Imagem da Casa dos índios em 2013.



Fonte: Acervo do Marsul.

¹ Não encontramos registros da sua desmontagem. Estima-se que tenha ocorrido no ano de 2013, quando já estava sem a cobertura de taquara e sem parte das paredes em xaxim (Figura 7).

Referências

- ALBERTI, Benjamin. MARSHALL, Yvonne. Local Theories and Conceptually Open-Ended Methodologies. **Cambridge Archaeological Journal** 19:3, 344–56, 2009. Acessível em <https://doi.org/10.1017/S0959774309000535>
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niteroi RJ: Editora da UFF. 2008
- ASSECAN (Associação Ecológica de Canela – Planalto das Araucárias). **José Verá: Mbiá-Guarani**. Projeto Mbiá-Guarani. Porto Alegre: ASSECAN, 2007.
- ASSIS, Valéria Soares. **Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Perpectiva, 2007.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- GELL, Alfred. **Arte e Agência: uma teoria antropológica**. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- KOLLING, Zilá Regina. **Entrevista concedida a Antonio C. Soares em 30/06/2018**.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PRUDENTE, Letícia T. **Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul: Estudo de Caso do Tekoá Nhüu Porã**. Dissertação de Mestrado UFRGS, Porto Alegre, 2007
- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: UnB, 2007.
- SAHLINS, Marshall David. **Cultura na prática**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Apropriações possíveis de um protagonismo outro. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 115-136, dez. 2017. Acessível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-06>
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, Apr. 2002. Acessível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation, **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**: Vol. 2: Iss. 1, Article 1. 2004. Acessível em <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>

Recebido em 1/11/2018.

Aceito em 20/12/2018.